

O Livro como Instrumento Civilizatório

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

A civilização se inicia com a descoberta da escrita, descoberta irreversível e sem a qual voltaríamos ao pré-civilizatório. A escrita a serviço da gravação dos mitos, lendas e histórias da sociedade. As técnicas de sobrevivência continuam a ser transmitidas por aprendizagem direta e assistemática até o limiar do mundo moderno (corporações de ofício medievais). Graças à escrita, ao livro, os conhecimentos se tornaram cumulativos. A biblioteca no repositório das invenções humanas. A civilização da imagem. O cinema, a fita magnética, a televisão etc., meios modernos de fixar a cultura, constituem arcaísmos perigosos: desvalorizam o livro e fazem a civilização voltar à oralidade. O ritmo de assimilação e da elaboração mental e a fugacidade do processo oral. A leitura dinâmica. Abordagem "gestáltica" (estrutural) do texto. Uma rede capilar de bibliotecas: condição indispensável ao processo civilizatório. A criação do hábito de ler e de interpretar os textos em profundidade.

1. AS SOCIEDADES PRÉ-HISTÓRICAS

Pode-se dividir a civilização em dois períodos, segundo os meios de comunicação de que se utiliza: a) as sociedades baseadas na **comunicação oral** e b) as sociedades baseadas na **comunicação escrita**. A característica fundamental das sociedades pré-históricas é a oralidade. A falta de escrita determina relações estritamente instantâneas, **hic et nunc** (aqui e agora) e elimina a possibilidade de relações à distância, tanto com relação ao **espaço** (lugares diferentes), quando com relação ao **tempo** (épocas diferentes). Assim, nas sociedades agráficas, as relações entre os indivíduos são fugazes e percíveis só podendo realizar-se **face a face**. Inicialmente, a necessidade

da escrita deve ter surgido das exigências de comunicação à distância (espacial), em ocasiões como quando o imperador desejava transmitir ordens a seus generais, na frente de batalha. Heródoto narra uma pitoresca mensagem dos Citas a Dario: os Citas enviaram ao rei dos persas um **pássaro**, um **rato**, uma **rã** e cinco **flechas**. Dario interpretou a mensagem como sinal de rendição, quando, de fato, a mensagem equívoca dos Citas era um desafio, como se soube depois: “se vós não vos converterdes em pássaro e voardes para o céu, ou em rato, para vos esconderdes no seio da terra, ou em rã para fugirdes pela água. . . sereis morto por estas fechas” (A. A. Llorach, em *Communication Graphique. Le Language.* pg. 516). É evidente a precariedade desta comunicação “por meio de objetos” (tão em uso ainda hoje entre enamorados). Os objetos, portanto, nem sempre fáceis de serem transportados, logo serão substituídos por sua representação **figurativa**, iniciando-se, assim, outra função (temporal) da comunicação escrita. As pinturas rupestres, que ainda hoje são encontradas nas cavernas, outrora habitadas pelos trogloditas, são o exemplo mais flagrante desta hipotética nova etapa do desenvolvimento histórico da escrita. A religião utilizou, longamente, a comunicação pictográfica para levar ao povo rude dos “PAGUS” (PAGÃOS), a mensagem teológica. Os quadros da Via-Sacra foram, talvez, a primeira historieta em quadrinhos. A historieta em quadrinhos, portanto, tão aparentemente “revolucionária”, segundo o ponto de vista dos comunicólogos modernos, não é senão extensão sofisticada da escrita pictográfica do homem das cavernas, muito abaixo, em operacionalidade codificadora, aos **hieróglifos** dos antigos sacerdotes egípcios, estes sim, já uma escrita propriamente dita, por constituírem “**um sistema de comunicação humana por meio de signos visuais convencionais**” (Gelb) **de forma linear**. Daí para a representação silábica foi apenas um passo (que exigiu, contudo, milênios para ser dado). Segundo Voltaire, a “**escrita é uma espécie de pintura da voz, e deve o mais possível, ser parecida com ela**”. Esta equivalência tem sido o objetivo perseguido pelos sistemas ortográficos através do tempo.

2. AS SOCIEDADES HISTÓRICAS

O aparecimento da escrita (pictográfica e alfabética) marca, portanto, o início da história, na medida em que permite relações permanentes e à distância, superando os limites do espaço e do tempo próximos. Como sempre ocorre com as funções, na medida em que a escrita se distancia de sua fonte natural (que é oralidade), ganha autonomia e conver-

te-se em **ESTRUTURA INDEPENDENTE**, transformando-se num objeto cultural, com suas próprias leis de funcionamento, como se fosse um novo **ente natural**, mas uma presença tão envolvente que pode ser considerado nova ecologia do ser humano. Uma biblioteca — do ponto de vista da manutenção do processo civilizatório — corresponde, por exemplo, à atmosfera no que a atmosfera é a condição da vida biológica. Mas, antes que esta substancialização ocorra, podemos rastrear ao longo da história a predominância ou alternância das duas funções iniciais que assinalamos. No decorrer do tempo, cada vez mais as duas funções se diferenciam. Se, no início da escrita, provavelmente, a mensagem remetida à distância deve ter sido a função fundamental da escrita, no mundo moderno, a função da escrita é, evidentemente, guardar a experiência humana para as gerações seguintes (função temporal)... se minimizarmos, por um momento, para efeitos didáticos, o enorme e vital papel da escrita como ecologia e objeto cultural de que depende o funcionamento da moderna sociedade. De fato, os modernos meios de **comunicação de massa**, sobretudo o telefone, o cinema, o rádio e a televisão, retomando a oralidade, aparentemente dispensam a escrita como instrumento de superação da distância. Existe uma convicção (pouco convincente) entre os comunicólogos, de que a comunicação à distância não precisa mais da escrita, apesar de não cessar de crescer, gigantescamente, o volume de correspondência postal. Os mais radicais chegam a afirmar que também a conservação da mensagem no tempo dispensará, brevemente, a escrita, substituída por gravações audiovisuais. Por um lado, não se pode, realmente, imaginar, hoje, o funcionamento da sociedade sem os meios de comunicação de massa, sobretudo sem meios como o **telefone**, este pequeno **mass media** tão desprezado pelos comunicólogos. Por outro lado, não se deve esquecer que, por mais que rufe a banda dos partidários da “civilização da imagem” (este arcaísmo ressuscitado pelos meios de comunicação de massa), a escrita continua a ser a infra-estrutura de todo processo civilizatório, tanto assim que não existe civilização sem “papéis” (a informática é, hoje, a condição de viabilidade no funcionamento das empresas e instituições, e não se pode pensar na manipulação de informação pelos computadores ou/e um banco de dados sem a utilização da escrita). Esta ilusão de diminuição da importância da escrita decorre do fato de o poder de decisão e a obrigação de manutenção da continuidade dos processos sócio-culturais estarem concentrados nas mãos de um número diminuto (incrivelmente pequeno) de pessoas (as únicas, portanto, que devem fixar nos “papéis” os projetos e transações). O que diminui, portanto, não é a universalidade da importância da ESCRI-

TA, mas a parcela de homens que, na sociedade moderna, tem PODER DE DECISÃO. Daí a ilusão fantasmagórica de Mc Luhan quando decretou a extinção da civilização da escrita. Os meios de comunicação orais (audio-visuais), realmente, planetarizaram a comunicação **face-a-face**, por intermédio, por exemplo, do telefone (instrumento de importância civilizatória mil vezes superior à televisão). Mas, a comunicação **face-a-face**, é o mais primitivo meio de comunicação. Os meios de comunicação baseados na oralidade são, portanto, puro e simples arcaísmo: retoma, em escala planetária, o processo tribal de comunicação (face-a-face). Mc Luhan tem toda razão quando fala em **aldeia global** (planetária), mas a “aldeia global” não é um avanço civilizatório: é, apenas, uma reformulação sincrônica da convivialidade. Retoma o processo histórico no ponto em que os agrupamentos humanos, atomizados pelas barreiras geográficas, constroem “civilizações” autônomas, com vários graus de **decalage**. Reformula o convívio de todos os seres humanos numa única aldeia, agora planetária. **um avanço civilizatório**, se tomarmos a civilização como um produto unitário e geral da humanidade. Este processo de terraplanagem é, incisivamente evidente, mesmo dentro de uma mesma “nacionalidade, como o Brasil, onde convivem, no mesmo momento, agrupamentos humanos com padrões de conduta da época da pedra lascada, com agrupamentos da civilização espacial. A planetarização produz, apenas, homogeneização, por vezes baixando mesmo o padrão cultural dos mais avançados. A ilusão de avanço que esta homogeneização produz decorre da **décalage** dos vários níveis civilizatório em que vivem ainda hoje, os diversos agrupamentos humanos que se tangenciam. A novela de televisão, para a dona de casa semi-analfabeta, mergulhada na vegetatividade enervante das tarefas culinárias, é autêntico terremoto psicológico, dando, portanto, ao observador, a impressão de que foi a televisão, em si, que produziu a “revolução”, quando, de fato, foi o confronto e a interpenetração de dois momentos civilizatórios. O mesmo fato ocorreu, em muitas ocasiões, no mundo antigo, mesmo sem televisão, quando duas civilizações de níveis diferentes se interpenetravam (como foi o caso de Roma ao dominar, militarmente, a Grécia). Ninguém pensaria em minimizar a importância que para a humanidade tem esta planetarização homogeneizadora. Mas, não tenhamos ilusões: **a retomada da oralidade em que implica este fenômeno é uma regressão, do ponto de vista civilizatório geral**. A oralidade — seja qual for a sofisticação tecnológica de que se utilize para manifestar-se — é um **FATO PRIMITIVO**, perante o qual a

escrita é um **avanço civilizatório** (e, como se sabe, os processos civilizatórios são irreversíveis). Os meios de comunicação de massa (por mais revoluções microtópicas que produzem em agrupamentos humanos em estado civilizatório anacrônico) são, portanto, a retomada do processo civilizatório pelos métodos tribais, mesmo que os conteúdos (mensagem) sejam totalmente diferentes. Mc Luhan tem toda razão ao referir-se à “aldeia global”: tudo se passa como se os povos adiantados viessem à pedra lascada buscar para a civilização as populações que permaneceram “primitivas” (a aldeia global, pois, é a convivência dos contrários: uma simbiose do novo e do arcaico). A ilusão de **superação da escrita**, pois, provém a) da “revolução” que a oralidade e visualidade dos MCM produzem nos agrupamentos retardatários do processo civilizatório (decalage), levando à homogeneização pelo nível civilizatório superior e b) do fato já assinalado de só um pequeno contingente de indivíduos, no atual modelo civilizatório, dispor de poder de decisão e de responsabilidade pela continuidade do processo histórico, podendo grandes massas humanas setORIZADAS permanecerem no nível da mera “informação” (notícia, espetáculo, divulgações, etc.): é a falta de capacidade “política” de operar que torna a escrita irrelevante para as massas. Quando a “aldeia global” de Mc Luhan, finalmente, constituir-se (plena planetarização), e quando o poder de decisão disseminar-se pela comunidade toda (na “aldeia global” as decisões são, grupalmente, deliberativas: a comunidade toda delas participa, pois o simples fato de **saber** já implica em iniciar um tipo de participação), quando esta revolução final tiver ocorrido... Ver-se-á que os meios de comunicação de massa baseados na **oralidade** nada tinham de revolucionários, do ponto de vista da continuidade civilizatória global (diacronia). O fato de a oralidade superar as distâncias geográficas e até mesmo as distâncias temporais (como quando a verbalidade é gravada numa fita magnética e a visualidade se fixa numa película) não elimina seu “calcanhar de Aquiles” que é a **INSTANTANEIDADE**. Ora, a nosso ver, a instantaneidade inerente à oralidade (tanto a “natural” quanto a tecnológica) é um impecilho a certo tipo de operacionalidade da informação, como veremos. Assim, se grande massa de indivíduos, no atual momento histórico da humanidade, dispensa a **ESCRITA**, não é que a escrita se tenha tornado anacrônica: é simplesmente porque a) grande parte da humanidade vive ainda em fases arcaicas com relação à civilização possível, e b) porque o modelo civilizatório em vigor, de caráter heteronômico, não permite a participação das massas no processo “político” (**PODER DE DECISÃO**). Do ponto de vista planetário (homogeneização), a humanidade está retomando a tribalização em escala mundial. A tribali-

zação representa um avanço civilizatório com relação ao estado de “horda” comum a todos os primatas: tribalizar, pois, seria o primeiro momento da “hominização”. Esta tribalização é ainda tão incipiente que não chegou sequer, ao nível de uma **total comunicação face-a-face, como ocorreu na aldeia primitiva**. Prova disto é que não consegue, por exemplo, fazer funcionar uma assembléia planetária como as NAÇÕES UNIDAS (ONU) nos moldes de poder gerontocrático, como ocorria na tribo. Ora, o “fogo do conselho” (deliberação coletiva) é o órgão decisório das comunidades que vivem sem códigos e sem acumulação gráfica da experiência (relações face-a-face: **hic et nunc**). A aldeia global moderna, portanto, não tem ainda seu órgão próprio de deliberação, sem o qual não é possível vida comunitária. O fato de uma nação mais forte, por exemplo, poder tomar medidas que prejudiquem nações mais fracas, demonstra que a “aldeia global” dos MCM não é ainda uma “aldeia real”, cujos membros adultos deliberam coletivamente, **face-a-face**, para proteger o agrupamento todo, incluindo fortes e fracos, homens e mulheres, crianças e adultos. O fato de a comunidade toda (plebiscito), nesta pseudo-aldeia global não poder participar das decisões, demonstra, apenas, a) quanto estamos longe da homogeneização de todos os povos numa única “tribo” internacional e b) quão atrasados são, tecnologicamente, os meios de comunicação de massa para servirem, eficientemente, a uma aldeia planetária (enquanto um computador descomunal, localizado, por exemplo, em Brasília, com terminais em todas as esquinas onde vivem agrupamentos de indivíduos, não estiver à disposição dos poderes da república para imediata e instantânea consulta ao povo, nos momentos de deliberação, nada houve de extraordinário na tecnologia dos meios de comunicação de massa). Como se vê, não terminou, ainda, a função da oralidade como instrumento organizador da “aldeia global”, isto é, não começou ainda a civilização da aldeia planetária. Quando isto ocorrer, estaremos ainda na pré-história agora uma **pré-história mundial** da raça humana como um todo. Em matéria de homogeneização tudo ainda está para ocorrer. Voltaremos, portanto fatalmente, à **REVOLUÇÃO DA ESCRITA**, como voltamos à **REVOLUÇÃO DA ORALIDADE** (tribalização). Um esperanto qualquer, a tradução automática, os bancos internacionais de dados, são hipóteses prováveis desta planetarização da **ESCRITA**, muito mais viável que a planetarização da oralidade. Naturalmente, este fenômeno não ocorrerá como uma “nova etapa”, mesmo porque, na medida em que a oralidade (visualização) se planetariza, a escrita, também, se internacionaliza, de modo que os dois fenômenos aparecerão imbricados. Mas, para efeitos didáticos, pode-se dizer que a “planetarização da escrita” será

uma etapa posterior à planetarização da oralidade. Aliás, o intercâmbio de material escrito (livros, jornais, revistas) é, hoje em dia, um fenômeno de muito maior importância civilizatória que a planetarização provocada pelos MCM, embora restrito ao pequeno grupo que tem poder de decisão. **O livro, pois, não morreu**, como dizem os entusiastas do MCM. Nem sequer atingiu todos os agrupamentos humanos, quer do ponto de vista da sociedade internacional, quer do ponto de vista das divisões sociais de classe. Se não nos deixássemos deslumbrar pelos clarões mágicos do “espetáculo” que é o alimento básico de que se nutrem a televisão e o cinema, verificamos que na infraestrutura da sociedade ocorrem fenômenos muito mais graves e decisivos, aparentemente pouco relevantes para o processo civilizatório. Podemos imaginar a civilização prosseguindo, tranquilamente, sem o cinema e a televisão, mas impossível é imaginar a sobrevivência do atual estágio civilizatório, por exemplo, sem telefone (qualquer grande metrópole entraria no caos, se todos os telefones parassem de funcionar durante 24 horas). O mesmo ocorre na área da comunicação escrita, em que a grande imprensa e a indústria do livro fazem parecer irrelevantes certos microfenômenos realmente fundamentais. É alarmante, por exemplo, que os especialistas em comunicação não estudem o fenômeno revolucionário decorrente do MÍMEÓGRAFO e da COPIADORA, bem como não se impressionam com o aumento progressivo e gigantesco da correspondência postal, microprocessos de que depende o verdadeiro funcionamento das estruturas sociais e econômicas. Que terá havido, de repente, em pouco mais de vinte anos, apenas, para que a humanidade tenha sentido vital necessidade de milhares e milhares de mimeógrafos e de copiadoras? Não se pode imaginar o funcionamento do sistema de produção e dos serviços, sem estes recursos menores (telefone, mimeógrafo, xerox, etc.), ao passo que, raramente, empresas utilizam o cinema ou a televisão, os únicos instrumentos da tecnologia e da comunicação que merecem a atenção dos especialistas. Por mais que se fale, apenas, nos meios que se utilizam da oralidade e da visualidade eletrônicas (audiovisuais), no fundo, o processo civilizatório todo, apesar de McLuhan, repousa na **ESCRITA**. Como o telefone, a copiadora, o gravador, o mimeógrafo, etc., a escrita parece — diante do impacto férico da televisão — um fenômeno menor, e, além disto, arcaico. Mil vezes mais arcaico é o processo imagético e oral em que se baseiam o cinema e a televisão. Quanto à visualização, a celeberrima “civilização da imagem” é um anacronismo, tanto mais empolgante e popular quanto mais se sabe que a comunicação por imagens corresponde a uma “pré-linguagem” (Piaget), no desenvolvimento humano, exigindo níveis operacionais muito menos ele-

vados que a linguagem oral (só para exemplificar, não se deve esquecer que o pensamento de nível operacional (isto é, o pensamento pós-intuitivo) só funciona mediante **conjunções** e todo mundo sabe que a linguagem visual não dispõe de **conjunções**). É verdade que os estruturalistas partidários de Levi Strauss (mais radicais que o mestre) desconhecem a categoria “operacionalidade” das relações sociológicas na análise dos níveis civilizatórios: para eles, qualquer processo sócio-cultural é equivalente a outro qualquer, da mesma forma que muitos “psicólogos” confundem o pensamento simbólico pré-operatório dos povos “primitivos” com a “álgebra das proposições” utilizada pela logística. É o desconhecimento elementar da filiação das estruturas, por complexificação e mobilidade crescentes, tão nítida na biologia e na matemática, e a negação global do processo evolutivo (não há estrutura sem gênese: J. Piaget). A diacronia, necessariamente, é uma ultrapassagem (complexificação, mobilidade, ampliação), vez que a reequilibração dos desequilíbrios sincrônicos não se pode fazer no nível em que o desequilíbrio se processou. A reequilibração dos desequilíbrios gera, fatalmente, a diacronia, queiram ou não os estruturalistas fixistas (não genéticos). Assim, em matéria de linguagem, o aumento de operacionalidade configura-se, de maneira geral, pela introdução das **conjunções** na linguagem, o que permite a algebrização dos juízos elementares. Uma linguagem sem conjunção, portanto, é uma **pré-linguagem**. A “civilização da imagem”, pois, é uma regressão histórica, só admissível no momento da homogenização planetária. A escrita pictográfica (imagem) corresponde, pois, a uma linguagem arcaica, sem conjunções, e linguagem sem conjunções é etapa vencida no processo de “hominização” do homem. A escrita mediante um código sistemático, articulado e linear de signos é a correspondência gráfica desta superação. Por aí se vê que ainda não chegou o momento histórico da necessidade universal e planetária da **ESCRITA**. Estamos vivendo ainda a planetarização da imagem e da oralidade. A grande maioria da humanidade se satisfaz com uma pré-linguagem para sua informação, não tendo ainda alcançado o nível operacional em que a escrita se torna um instrumento indispensável. Se lembrarmos que os convênios, acordos, códigos, protocolos, etc (quando livremente estabelecidos entre as partes) são o mais alto nível de criação de relações entre os indivíduos, caracterizando um plano civilizatório de nível superior ao do direito consuetudinário, ficaremos convencidos de que ainda não começou, propriamente, a **CIVILIZAÇÃO DA ESCRITA** (se analisarmos o fenômeno do ponto de vista planetário). Os juristas muito bem sabem a importância transcendental que tem para o Direito (e o Direito é a regra de convívio entre os homens) o

fato de as normas poderem ser **escritas**, e, portanto, analisadas, hermenêuticamente, em todas as suas possibilidades operatórias (álgebra das proposições). O primeiro sintoma que assinala a saída de um povo do estado primitivo para o estado civilizatório é a **codificação escrita das leis e costumes** e nada leva a crer que a escrita venha a ser substituída neste setor. A escrita substitui a memória (a conservação do compromisso) que é a condição da continuidade formal das relações (socialização), quer sejam elas valorativas, quer lógicas, econômicas ou sociais. É neste sentido que J. Piaget diz que **“a lógica é um produto social”**, isto é, um compromisso interindividual que garante a permanência dos princípios de identidade e de não-contradição em que se baseia a troca das informações, a deliberação coletiva e a cooperação verbal. Quando este compromisso se avoluma e se distancia da relação **face-a-face**, a única maneira de mantê-lo presente é a escrita (difícilmente se poderia imaginar a assimilação da **CRÍTICA DA RAZÃO PURA** de Kant, através de um processo oral, mesmo que fixado em fita magnética).

3. OS LIVROS QUE VÃO DESAPARECER

Já vimos que a finalidade da escrita, no início, deve ter sido a comunicação à distância, no tempo e no espaço (mais importante, talvez, para as relações no espaço que para as relações no tempo). Vimos também que os modernos meios eletrônicos, levando a oralidade para além do **hic et nunc** (aqui e agora), aparentemente parecem ter extinguido a necessidade da **ESCRITA**, a ponto de Mc Luhan ter decretado sua morte. Tangencialmente, vimos, também, que a eletrônica, ao levar a oralidade além do espaço e do tempo próximos (ondas hertzianas e gravação magnética), não supera sua debilidade intrínseca, que é a **INSTANTANEIDADE** (neste sentido, do ponto de vista imagético, a fotografia é “escrita” e o **cinema** é “oral”). Deixemos as coisas neste pé e passemos a analisar outras funções que a escrita adquiriu, com o correr do tempo. Entre outros tipos de divisão didática, podemos adotar, por exemplo, uma dicotomia que nos leve a dividir a escrita (livro) em dois tipos: a) os livros que fixam “reflexões” (um livro de matemática, de filosofia, um manual técnico, um livro científico, etc), e b) os livros que fixam “estórias” (um romance, um livro de poesia, toda esta faixa que se denomina hoje “literatura”). Ora, um livro de “estórias” pode, sem perda ponderável de conteúdo, ser a) **oralizado** (como quando se transmite pelo rádio um novela) ou b) **visualizado** (como nas histórias em quadrinho, e, em grande parte, na televisão). A instantaneidade

da transmissão oral ou da projeção cinematográfica não só não dificulta a assimilação deste tipo de informação, como, provavelmente, é até um recurso motivador que aumenta seu impacto emocional. Quanto à visualização, a imagem é um fator enriquecedor insuperável da “estória”. Quatro ou cinco páginas de um romance descrevendo a decoração de uma sala onde os personagens do romance se movimentam, podem ser substituídas com vantagem por uma única tomada de câmera, quer por meio do cinema (processo de reprodução instantânea), quer por meio de uma fotografia (processo de reprodução fixa). Qualquer pessoa prefere (mesmo porque é um processo mais “natural” e primitivo, do ponto de vista da codificação) **ver** e **ouvir** uma “estória” que ter que lê-la num livro (a leitura exige todo um processo de reconstituição pessoal, tanto das ações dos personagens, quanto dos ambientes em que eles se deslocam). A oralização e a visualização aproximam a narração da “estória” do próprio acontecimento (tanto assim que se costuma dizer hoje que os MCM — tornando os acontecimentos contemporâneos de todos — eliminam a “notícia”). A filmagem de uma narração por dois cineastas diferentes mostra como a leitura de uma “estória” é uma elaboração tipicamente pessoal. Ora, se um livro determinado conta, apenas, “estória”... não há vantagem em que se use, para divulgá-lo, a escrita, em vez da palavra oral e da imagem, sobretudo num mundo de analfabetos reais e funcionais (resistentes ao esforço exigido pela leitura). Pode-se imaginar o privilégio que é para os analfabetos brasileiros o fato de poderem dispor, hoje, da televisão para lhes contar “estórias” (a função da televisão termina aí: é, apenas, uma “lanterna mágica” eletrônica). Na “estória”, a conjunção, que caracteriza a linguagem de nível superior, é irrelevante, vez que os fatos se ligam por sua sucessividade, como se observa no cinema, o que corresponde à forma de pensar das massas semi-analfabetas. Por outro lado, jamais a escrita captara a “animação” transmitida pela linguagem imagética: pelo contrário, a função da escrita é “desmotivar”, afetivamente, a narração, permitindo a reflexão sobre os fatos (ver o teatro de Brecht). É muito compreensível, portanto, que este tipo de livro venha a desaparecer, ficando o futuro romancista limitado à preparação do “script” em que se baseia a filmagem, embora para surpresa dos discípulos de Mc Luhan, as novelas e filmes tenham provocado uma corrida às livrarias, em busca dos livros que lhes dão origem, criando o fenômeno de **best seller**, o que comprova que a “instantaneidade” com que a “estória” é contada na televisão ou no cinema é insatisfatória para uma “degustação” mais sofisticada (prolongamento de prazer) e até mesmo para uma compreensão, em profundidade, dos fatos e ambientes que são pro-

jetados. Ao que parece, a instantaneidade da sucessão da informação, segundo o modelo oral, mesmo que acompanhada da visualização dos fatos narrados, é incompatível com o propósito da “reflexão”, mesmo que o conteúdo da informação seja uma “estória”. Talvez por isto os livros “ilustrados” sejam tão populares (se é que se pode falar em **popularidade do livro** diante da insignificância das tiragens editoriais comparadas com o universo de telespectadores de televisão). O livro ilustrado alia a não-instantaneidade da escrita com a fixidez da imagem, permitindo que dois processos psicológicos (reflexão e “imaginação”) se exerçam concomitantemente (todos conhecem a eficiência do cartaz como meio de PROPAGANDA, pelo fato de pertencer a duas ordens diferentes de código). Ora, se uma novela de televisão que atinge 100 milhões de espectadores provoca a venda de, digamos, um milhão de livros, e se o adquirente do livro é, evidentemente, um consumidor de “estórias” de nível superior, o fato mostra, apenas, que há muito mais gente de nível inferior que de nível superior. Se alguém, motivado pelo filme ou pela televisão, recorre ao livro, prova com isto que seu nível de consumo cultural é incompatível com a instantaneidade da projeção cinematográfica e televisionada. Como se supõe que o nível geral da humanidade tende a crescer (mesmo porque sem um levantamento de nível global não é possível prosseguir com a permanente renovação tecnológica e com a complexificação progressiva das explicações científicas), é muito provável que o futuro esteja mais a favor do livro que a favor da televisão... ficando a televisão e o cinema como uma espécie de motivação (departamento de propaganda do livro). De fato, se, para o semi-analfabeto e o indivíduo de baixo nível mental, a leitura é um obstáculo intransponível (já do ponto de vista da mecânica de leitura, já do ponto de vista da reconstituição psicológica da “estória”), para o indivíduo de nível superior, perfeitamente alfabetizado, a leitura do livro é uma “libertação”: permite as mais variadas reconstituições, deixando margem (nos intervalos que propositadamente estabeleça) para elaborações paralelas e para prolongada “degustação” (prolongamento do prazer). Jean Piaget constata que o desenvolvimento mental implica numa “degenerescência” progressiva da percepção (e os audiovisuais são, preponderantemente, “perceptivos”, mesmo porque, dada a sua instantaneidade e sucessividade dos estímulos, não permitem a reflexão). A oralidade e a visualização em cadeia (cinema e televisão) não admitem (ou o fazem precariamente) as paradas para a reflexão, como é permitido ao leitor, embora os cortes, nestes instrumentos, possam ser muito mais eficientes numa **observação perceptiva de detalhes** (ver a análise de laboratório da autenticidade da voz de um in-

divíduo, feita num laboratório eletrônico). Mas, como se sabe, não são os detalhes que interessam à reflexão, e sim as unidades significativas (frase, período, texto). Assim, as “paradas” possíveis dos audiovisuais servem, apenas, para uma pesquisa material, sobretudo nas gravações da oralidade (gravação da visualidade abrange unidades muito mais amplas (fotografia), de modo que o trabalho fotográfico é muito mais significativo do ponto de vista da totalidade da “estória”: a fotografia está para a não-instantaneidade do cinema, como a escrita está para a não-instantaneidade da fala). Estamos argumentando, pois, como se um romance consistisse, apenas, em “estória”... é um sacrilégio para a “intelligentzia” literária (quem pensa o contrário, provavelmente nunca leu Proust). E que não diriam disto os poetas concretistas? Aliás, a poesia, ao que parece, é, essencialmente, uma **arte gráfica**, tanto assim que não vingaram os discos de poesia. Sente-se que falta “algo” quando um ator (mesmo que seja um monstro sagrado, como Paulo Autran ou Lima Duarte) recitam poesia na televisão. A “poesia” oral parece que se extinguiu com os jograis da idade média e com os cantadores do Nordeste (só a música consegue manter a oralidade da poesia). Não levando em conta que, quase sempre, o autor de um romance pretende mais que, simplesmente, contar “estórias” (apesar de um Jorge Amado se descrever como um “contador de estórias”), ainda assim, dificilmente, o cinema e a televisão conseguem criar o “clima” do romance (sobretudo se o ambiente é psicológico ou sociológico). No cinema e na televisão, o fio da intriga (enredo), fatalmente, sobreleva aos demais aspectos, minimizando as intensões “didáticas” do autor. Na novela GABRIELA, de Jorge Amado, por exemplo, transportada para a televisão, a **mise en scène** e as peripécias irrelevantes do destino pessoal dos personagens facilmente empolgam a imaginação, tornando irrelevante o objetivo temático do autor, que, no caso, é ressucitar um momento histórico da vida brasileira, em determinada região, através do ângulo da exploração do cacau: praticamente, os fenômenos sociológicos provocados pela exploração do cacau desaparecem da novela na versão televisionada. Ora, só o leitor extremamente medíocre se satisfaria com a intriga pura e simples, como ocorre com os leitores de romances policiais (daí o “policial” ter-se tornado o prato de resistência e a espinha dorsal do cinema e da televisão). Salvo no caso de monomania (fixação de hábito compulsivo semelhante à dependência do toxicômano com relação às drogas), o leitor normal cedo se cansa de seguir, apenas, a “estória” mil vezes repetida; elevando o nível do seu gosto e passando a ler o romance com outros propósitos (justamente os propósitos que, dificilmente, seriam satisfeitos no filme de intriga, apesar de haver

filmes que são, excepcionalmente, verdadeiras obras de arte). Mas, apesar de todos estes “contudo”, admitamos para argumentar, que os meios audiovisuais (oralidade - visualização) venham a substituir, totalmente, a leitura da “estória” escrita (o que, como se viu, é muito pouco provável). Ainda assim, ficam, como instrumentos insubstituíveis, todos os livros científicos, técnicos e filosóficos. Quem pode imaginar, por exemplo, uma exposição, de matemática superior filmada ou/e em fita magnética (aliás, admite-se que a matemática é uma ciência essencialmente gráfica, a primeira entre todas que se planetarizou, talvez precisamente porque é escrita?) Assim, a pretensa “morte do livro”, provavelmente, refere-se à **morte da “estória” escrita** do tipo romance policial. Se o objetivo é, apenas, contar “estórias”... no espaço de uma hora, cem milhões, duzentos milhões de telespectadores podem tomar conhecimento de um enredo, pela televisão (o mais irônico é que a imprensa nasceu, precisamente, como “industrialização” do manuscrito, antigo produto artesanal, cujas origens se perdem na “pré-história”). O fato de a televisão, agora, concorrer com o livro representa, apenas, a regressão ao “contador de estórias” da aldeia tribal: a assimilação desta função pelo livro foi puramente circunstancial. A escrita — processo que logo se transforma em instrumento de reflexão — conviveu com o “contador de estórias” durante milênios, cada um dos dois com sua função específica. Só quando o livro se torna produto industrial é que a escrita passou a ser veículo popular fundamental de alimentação da fantasia das massas, mesmo porque o livro de reflexão não tinha (como não tem ainda) divulgação suficiente para alimentar um processo de produção em série. A superposição ou confusão de funções é muito recente e tende a desfazer-se, logo mais. Assim, quando a eletrônica permitiu massificar a “estória”, por meio do cinema e da televisão, a oralidade (agora junto à visualização), retoma seu lugar histórico. O fenômeno pode ser visto por um ângulo diametralmente oposto: enquanto o processo artesanal manteve o livro como um objeto raro, a reflexão (cujo instrumento natural é a escrita) se fazia, predominantemente, através de processos orais (aulas expositivas), apesar da evidente ineficácia e da falta de rentabilidade desta metodologia. Hoje, o professor conferencista (orador) é considerado um fóssil (neste sentido, nossa escola é um museu paleontológico). Hoje, enquanto o espetáculo dispensa, cada vez mais, o livro como mediador do **drama** (teatro), a escola, cada vez mais, passa a girar em torno da **biblioteca** (leitura). Em outras palavras: tendo a oralidade, agora, descoberto seu instrumento eletrônico de massificação, passa a dispensar o livro de que se utilizara durante séculos. Para contar “estórias”, por sua vez, na medida em que o

livro se torna um instrumento de massa, pela industrialização e pela divulgação da alfabetização, a reflexão abandona a oralidade (aula expositiva) e volta a trabalhar com textos. Estamos no divisor das águas, na medida em que se intensificam as funções próprias dos dois processos, agora numa escala planetária. É compreensível que o processo de massificação se inicie pela “estória” e pela oralidade, para, só num segundo momento, atingir a reflexão e a escrita. A hipótese é que, no final deste processo, o “poder de decisão” não fique concentrado numa pequena parcela da humanidade (tecnocratas). Mas, para isto, conta-se com a tribalização da humanidade provocada pela oralidade eletrônica: na “aldeia global”, todos tendo oportunidade de participar, não há lugar para grupos privilegiados. Percebe-se, por outro lado, que a “estória” perde, cada vez mais, suas conotações históricas de veículo de “teorias”, passando esta função às ciências humanas (sociologia, psicanálise, história, etnologia, antropologia, etc). Por sua vez, os textos científicos vão-se tornando cada vez mais densos e matematizados, exigindo abordagem de alto nível reflexivo, o que não é exequível senão através de processos que superem a instantaneidade da oralidade.

4. A ACUMULAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Nas sociedades primitivas, a “experiência” (exceto um **know how** muito elementar que passava de geração para geração, assistematicamente, através do próprio convívio social) é constituída de mitos, fábulas e religiões. Os primeiros livros foram LIVROS SAGRADOS (não foi por acaso que a imprensa começou com a DIVULGAÇÃO da Bíblia). O livro sagrado, fixando a “experiência”, impedia que a tradição oral deturpasse o patrimônio cultural da tribo (experiência simbólica). O perigo da deturpação é um fato natural e decorre da necessidade de transmitir a experiência acumulada a cada nova geração (não há uma hereditariedade das mitologias, apesar dos “arquétipos coletivos” de Jung: cada nova geração tem o poder de criar mitos com a mesma facilidade com que nossos ancestrais fabularam na pré-história). Na medida em que a humanidade vai superando as mitologias (as quais, no momento atual, denominam-se “ideologias”), a experiência a transmitir passa a ser: a) **know how**, progressivamente, mais técnico e cada vez mais científico e b) uma **reflexão** (filosofia) que se apresenta, hoje, menos como “sabedoria” que como conhecimento positivo (sociologia, psicologia, matemática, etc — ver “A Sabedoria e as Ilusões da Filosofia”, de Jean Piaget). É por isto que o romance vai perdendo suas funções clássicas de veículo de “mensagem” (reflexão), e filosofia vai pas-

sando a depender, mais e mais, do conhecimento científico. Ora, se os antigos tiveram que recorrer à escrita para evitar que a oralidade deturpasse os mitos, que dizer dos modernos com relação à tecnologia e à ciência? O livro como veículo da ciência e da tecnologia, pois, apenas ensaia seus primeiros vãos (basta para isto ver o êxito de banca de jornal das publicações de “divulgação científica”). É evidente que grande massa da humanidade não tenha, ainda, capacidade para utilizar esta nova experiência coletiva, mesmo porque nem está no nível civilizatório em que a ciência e a técnica passam a ser novo “modo de vida”, nem (quando a civilização já é bastante técnica e científica) tem poder de decisão sobre a aplicação destes recursos na vida comum (a decisão fica com pequenos grupos de tecnocratas do serviço público e do sistema de produção). Salvo se a civilização caminha para distinguir duas humanidades (uma que decide, constituída de um pequeno núcleo de tecnocratas e um que obedece, constituída das grandes massas semi-letradas), é provável que se chegue a um ponto em que a ciência e a tecnologia tornar-se-ão tão vitais para a vida social quanto, na cidade antiga, a mitologia era fundamental para a sobrevivência da comunidade: não adiantaria existirem terminais de imensos **bancos de dados**, em cada casa, se seus habitantes não souberem utilizar as informações disponíveis (o que vale dizer que, um dia, os tecnocratas terão de cuidar do desenvolvimento humano como condição de sua própria sobrevivência como donos do conhecimento), isto é, terão que criar mercado de consumo para sua **própria mercadoria**: sendo um processo dialético, a **tecnocracia** gera sua própria destruição (a ampliação do conhecimento e seu uso generalizado terminarão por torná-lo “popular”, o que implica em destruir os tecnocratas). Ora, é pouco provável que toda experiência científica e tecnológica já acumulada seja estocada exclusivamente em películas e em fitas magnéticas, salvo em seu aspecto informático, para viabilizar rápido acesso à **informação escrita** (o fato de o livro ser microfilmado ou/e transmitido eletronicamente, não altera, essencialmente, a natureza gráfica do livro; muda, apenas, sua forma de **estocagem** e de **acesso**: é provável que a cópia fornecida ao consulente para estudo seja sempre uma reprodução escrita, vez que a assimilação dos conteúdos semi-óticos exige sempre a estabilidade e fixidez do texto (difícilmente se pode “estudar” uma informação científica através de um **tape** ou **filme**). Os processos básicos de impressão sensorial e os mecanismos de assimilação do homem não se modificam, por mais que a tecnologia progrida: não é provável que a maneira de “estudar” venha a mudar muito no futuro, como pretendem os autores de ficção científica, ao sugerirem que se aprenderá, logo mais, mediante injeções e transplantes

(se a maneira de aprender vier a mudar, o processo digestivo também sofrerá modificações, o que é pouco provável). As mudanças tecnológicas não têm provocado mudanças funcionais e fisiológicas no organismo humano, vez que a digestão continua a ser feita da forma como se fazia na caverna: o mesmo se pode dizer com relação ao funcionamento do sistema neurótico em que se apóia, biologicamente, a função semiótica. Assim, por mais sofisticação que a informática venha a acrescentar à estocagem da experiência científica e tecnológica, fundamentalmente, a **ESCRITA** permanecerá, mesmo no futuro, o instrumento básico de codificação dos dados, e a **LEITURA** a fórmula de as novas gerações dela tomarem conhecimento. No fundo, toda a parafernália eletrônica está e estará, no futuro, a serviço destas duas técnicas básicas complementares (escrita e leitura). Aprender a **ler** e a **escrever** (no sentido técnico dos termos, segundo a moderna psicologia) será, provavelmente, no futuro, condição fundamental de **hominização**, isto é, é provável que os textos científicos, no futuro, tenham tanta importância para a sobrevivência da espécie humana quanto os **livros sagrados** tiveram para a estabilidade das sociedades primitivas. Como ocorre ainda com a tecnocracia de hoje, também na antiguidade, os textos sagrados foram privilégio (iniciação) dos sacerdotes do templo: foram os protestantes (Reforma) que destruíram os “tecnocratas da Teologia”, levando o texto sagrado ao homem comum (dessacralização): um dia, também, haverá uma “reforma protestante” contra os tecnocratas, guardiões da tecnologia e da ciência, arrancando-se-lhes o segredo em que baseiam seu poder. A primeira revolução da imprensa favoreceu os que protestavam contra a exclusividade da posse e da interpretação dos textos sagrados, pelos tecnocratas do templo, a segunda revolução da imprensa favorecerá os que protestarem contra os “teólogos da tecnologia”: a escrita, ao que parece tem ainda uma grande e histórica missão a cumprir quando o livro científico ficar ao alcance de todos (massificação), da mesma forma como a televisão permitiu a todos no momento atual, ouvir “estórias” (a televisão teria feito o mesmo pela ciência se a reflexão não fosse incompatível com a instantaneidade e a falta de fixidez característica dos processos baseados na oralidade).

5. DUAS INVARIÁVEIS DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO

De onde provêm estas “certezas” sobre o curso futuro dos processos de codificação dos produtos mentais e dos meios de comunicação e de informação? Pelo menos duas invariantes podem ser identificadas como fio condutor dos processos (a função é invariante, embora as estruturas, por meio das quais se efetivam, sejam variáveis” — J. Piaget):

1.^a Invariante: A SUCESSIVIDADE DAS NOVAS GERAÇÕES

Todo mundo sabe que há apenas dois processos básicos de comportamento: a) o **instinto** e b) a **inteligência** (o **hábito** é um modelo intermediário que participa da estrutura destes dois processos, não merecendo ser encarado aqui, mesmo porque, do ponto de vista funcional, comporta-se (mesmo que proveniente originalmente de um ato inteligente) como um instinto adquirido). Instinto é o comportamento de origem genética que vem inserido na anatomia e na fisiologia do animal, caracterizando-se por sua forte estereotípiã (invariabilidade). Mesmo que se admita (como se faz hoje) certa aprendizagem do instinto (de fato, trata-se de mera atualização — ver C. Lorentz). Sua característica fundamental é independêr de invenção ou descoberta do animal. Já a inteligência, pelo contrário, se caracteriza pela **invenção** (interna) e pela **descoberta** (externa): o animal é tanto mais inteligente quanto mais seu comportamento depende destes dois fatores (criatividade). Ora, quanto mais um animal sobe na escala zoológica (cefalização — T. Chardin), mais seu comportamento é menos instintivo (estereotipado e inato) e mais inventado e descoberto. O conhecimento (e conhecimento equivale a comportamento) no animal é (?), como diz J. Piaget. O homem deve “aprender” a comportar-se (compreender). O homem — “ponta filética da evolução”, segundo T. Chardin — é o animal em que menos se identificam instintos (pode-se dizer, mesmo, que o homem não tem instintos — tem **necessidades**: para satisfazê-las tem que inventar ou descobrir comportamentos, mesmo em sua vida sexual). No homem predomina, pois, a inteligência (mesmo que grande massa da humanidade, coagida e envlecida, não invente nada, comportando-se através de mecanismos de hábitos impostos pelos dominadores). Assim, cada criança que nasce (cada nova geração) tem que recriar toda experiência acumulada pela humanidade (é este processo que se denomina educação). Assim, diferentemente dos animais, uma das preocupações fundamentais dos adultos que entendem o processo evolutivo é inventar instrumentos de informação destinados à educação das novas gerações. Esta educação pode ser uma “**conformação**” ou uma “**transformação**”, as duas modalidades de “aprendizagem” que caracterizam a sociedade **fechada** e a sociedade **aberta**: a sociedade aberta permite que a reinvenção que a juventude faz da cultura implique em “transformação” dos processos culturais, o que garante a permanente evolução da humanidade, a sociedade fechada é aquela que dificulta a invenção e a descoberta, levando as novas gerações a “conformar-se” com o **modus vivendi** das gerações adultas: a sociedade fechada

comporta-se, em educação como se tentasse transmitir, “hereditariamente”, seus “instintos”, isto é, seus hábitos. Assim, os instrumentos sócio-culturais de “informação” (comunicação) têm duas funções básicas: a) permitir o **funcionamento sincrônico** da sociedade adulta (por isto lembramos que uma das primeiras finalidades da escrita deve ter sido a comunicação à distância, no espaço); b) permitir o **funcionamento diacrônico**, isto é, as ligações com as novas gerações, dando continuidade histórica às conquistas (experiência) da humanidade (é a comunicação no tempo). Como vimos, a **oralidade** seria, hipoteticamente, satisfatória para o funcionamento sincrônico (relações entre adultos), sobretudo agora que a eletrônica começa a permitir a reinvenção da “aldeia global” (por isto lembramos a importância do telefone na planetarização e na homogenização cultural da humanidade), embora se pudesse defender a tese contrária, demonstrando-se a função da escrita nas relações atuais (hic et nunc — códigos, documentos, correspondência postal, escrituras, mimeógrafo, copiadoras, imprensa, literatura, etc). É duvidoso, porém, que a oralidade seja suficiente para o funcionamento diacrônico da sociedade, sobretudo se por diacrônico compreendermos as relações não só com as novas gerações, mas com as gerações futuras (os professores, nas escolas, insistem em estabelecer esta diacronia através de processos orais — aula expositiva — mas é evidente que se trata de um equívoco técnico, só tolerável enquanto o livro científico não estiver ainda à disposição de todos: dificilmente se poderia, por exemplo, ensinar Matemática através de processos orais exclusivos (veja-se a importância do quadro-negro na aula de Matemática) e jamais o corpo docente pretenderia substituir uma **BIBLIOTECA**. A massa de informações científicas nas mais diversas áreas, que estão hoje à disposição das novas gerações, é incompatível com uma transmissão oral ou visualizada (já vimos as limitações da visualização na elaboração de uma reflexão de nível superior). A falsa impressão de que a eletrônica substituirá, um dia, a escrita (e vamos chamar de “escrita” todo código sistemático **GERAL** e **LINEAR** que não utilize o ouvido como mecanismo de leitura), decorre da ignorância da função da **informática**, que é menos uma forma nova de transmissão que um processo de aumento da operacionalidade na manipulação da informação escrita. A invariável da sucessão das gerações, ligada à reinvenção necessária do processo cultural, garante, a nosso ver, a permanência histórica da escrita, mesmo que o atual processo ortográfico venha a sofrer drásticas modificações, como ocorreu através da história (escrita pictográfica, ideográfica, ortográfica, etc).

2.^a Invariante: RITMO FISIOLÓGICO DE ASSIMILAÇÃO

Jean Piaget mostrou, à sociedade, que a assimilação dos processos culturais nada tem de essencialmente diferente do processo geral de assimilação biológica (digestão). A “aprendizagem” (tomamos aqui “aprendizagem” no **sentido lato**, como faz J. Piaget, incluindo neste processo as “aprendizagens” perceptivas, motoras, equilibrações, indução, dedução, etc), é, apenas, uma forma diferenciada do processo geral de alimentação do ser vivo como tal estando ligada, pela base, com os processos fisiológicos (sistema neurônico). Como um processo diacrônico típico (**gênese — segundo J. Piaget**), não pode descartar-se de sua dimensão temporal. Assim, pode-se analisar o **ritmo temporal** da “aprendizagem”, da mesma forma como se mede o ritmo temporal da digestão dos alimentos. Sabe-se, por exemplo, qual é a duração mínima para que a percepção assimile uma sucessão de quadros (é neste limiar perceptivo que se apoia a projeção cinematográfica). Se isto é verdade com relação à percepção (onde se situa a oralidade e a visualização), com muito mais razão é verdadeiro quando o processo de assimilação implica em longos rodeios como no processo indutivo e dedutivo (por isto dizíamos que a fotografia está para o cinema como uma escrita: permite um processo assimilativo mais prolongado). Vimos, também, que a “estória” é tão simples em sua estrutura operacional que não exige longas “exposições” para ser assimilada. É por isto que a oralidade não rouba nada de essencial à “estória” (pelo contrário, talvez seja a oralidade a melhor forma de “contar estórias”, tanto assim que se costuma ler em voz alta a “estória”). Foi baseado nisto que argumentamos que a massificação eletrônica da “estória” nada tem de revolucionário. Já a informação “científica” (que exige longa meditação e assimilação de processos altamente operacionais) é incompatível com a instantaneidade da comunicação oral (salvo em indivíduos altamente treinados na reflexão, assim mesmo, com apoio num instrumento de trabalho qualquer de caráter escrito). Assim, na medida em que a reflexão se complexifica e o processo civilizatório se apóia em mecanismo de nível operacional superior, mais provável é que a escrita (que é um mecanismo de desaceleração da informação) se torne a infra-estrutura dominante do processo civilizatório, sobretudo em sua dimensão diacrônica. O fracasso da chamada “leitura dinâmica” é bem exemplificativo: a leitura não foi feita para ser “dinâmica” mas para permitir a meditação (neste sentido, o que se deve ensinar é a “desaceleração da leitura”). Pode-se, pois, dizer que a TELEVISÃO e o CINEMA chegaram muito tarde no processo evolutivo, e a ESCRITA e

o LIVRO chegaram muito cedo. Resta saber se a humanidade incentivará a reflexão a ponto de ela vir a ser um fenômeno de massa (seria a destruição da tecnologia). Se vier a fazer isto, provavelmente o fará através da divulgação da LEITURA.

6. UMA SOCIEDADE EM PERMANENTE MUDANÇA

Vimos que a função da oralidade é manter o processo sincrônico (isto é, as relações **aqui e agora**, mesmo que este “aqui” seja o planeta e o “agora” envolva as gerações jovens escolarizadas). Vimos que a escrita, ao aparecer no processo civilizatório, tem como primeira função fixar, através dos LIVROS SAGRADOS, as tradições, tanto do ponto de vista sincrônico, quanto do ponto de vista diacrônico. Assim, a informação — oral e escrita — nos seus primórdios, apresenta-se como um processo de fixação do **status quo**, tanto com relação ao momento atual, quanto com relação a sucessividade das gerações. Pode-se, então, perguntar se a massificação da comunicação não terá o mesmo efeito, nos tempos modernos. Ora, já vimos que os MCM são altamente revolucionários, na medida em que homogenizam a humanidade de modo que, se tende a uma fixação do **status quo**, esta fixação se faz pelo nível superior (interpenetração das culturas). Com relação à escrita, a massificação, substituindo os LIVROS SAGRADOS pelo TRATADO CIENTIFICO, gerará uma sociedade em permanente mudança, vez que é próprio da ciência (quando a ciência é um processo criativo e não reprodutivo) **innovar permanentemente** (mudar a axiomática a partir da qual se desenvolve a sincronia da vida sócio-cultural). Estamos, pois, assistindo a dois processos revolucionários: a) um de **atualização**, representado pela homogenização e b) outro de **permanente mudança**, que é a massificação do processo científico (já vimos que a informática desempenha para com a escrita o mesmo papel que a televisão desempenha para a oralidade e a visualização).

7. ESTOCAGEM DE INFORMAÇÕES ESCRITAS

Se forem verdadeiras as considerações que estão sendo feitas, no momento atual, o grau civilizatório pode ser medido por dois parâmetros: a) volume e extensão dos MCM (cujo limiar prospectivo atual é o satélite artificial) e b) disseminação de BIBLIOTECAS. Deste último ponto de vista, o Brasil é o país dos trogloditas: somos, talvez, dentre os países considerados “civilizados”, o em que a BIBLIOTECA tem menos função (bas-

ta saber que elevadíssima percentagem de escolas — e uma escola é, fundamentalmente uma BIBLIOTECA — elevadíssimas percentagem de escolas não possuem BIBLIOTECAS). A tiragem média do livro brasileiro girando em torno de 5.000 exemplares (exceto os livros de “estórias” que podem alcançar 100 ou 200 mil exemplares) diz muito bem de nosso nível civilizatório em termos de participação das massas (o Brasil é o país mais elitista do mundo, apesar das divulgações ideológicas divulgadas nas escolas e na imprensa, como a da “democracia social”: ver tese de doutoramento de G. Mota, da Universidade de São Paulo). Chegou o momento de “**semearmos livros, livros à mancheia**” como já queria o poeta condoreiro ao cantar em hino a função civilizatória da imprensa. Se compararmos a atitude da população de um país desenvolvido com a de nossa população, com relação a leitura, ficaremos escandalizados: já viajei 36 horas de ônibus sem ver um único passageiro ler sequer um jornal ou revista de quadrinhos (para avaliar o fato, esclareço que o ônibus era de luxo).

8. APRENDIZAGEM DA LEITURA

Não é necessário que planejem e incentivemos a massificação dos meios audiovisuais: a propaganda deles se apossou e levará ao paroxismo sua divulgação. Por outro lado, o próprio funcionamento (sincrônico) da sociedade (o único aspecto que impressiona os homens que não têm visão do futuro, e homens sem visão do futuro são, precisamente, os que acumulam em suas mãos maior poder de decisão), o próprio funcionamento da sociedade forçará o desenvolvimento dos instrumentos de comunicação **hic et nunc** (pode-se, neste sentido, admirar a maravilhosa expansão nacional das comunicações por micro-ondas). Os homens de visão devem preocupar-se (mesmo porque quase ninguém se preocupa com isto) com a expansão da escrita e os meios de reflexão. Ora, enquanto os MCM contam com os mecanismos naturais de percepção (a audição e a visão), dispensando qualquer treinamento prévio... a ESCRITA exige um longo e penoso processo de aprendizagem de modo que a LEITURA passa a ser um índice de formação cultural superior. Todos sabem como tem sido cheio de peripécias e recuos a universalização da alfabetização com o que os homens práticos demonstram que não são tão tolos como muitos querem fazer crer: no fundo todos sabem que a capacidade de ler introduz no agrupamento humano uma dimensão nova, muita vez incompatível com o estado de dominação que tanto proveito traz aos que usurparam privilégios dos membros da comunidade. A LEITURA dá ao indivíduo acesso

à experiência histórica da humanidade, independentemente de fronteiras geográficas, de modo que o homem começa a fazer certas comparações que não modificam o **status quo**. O fato de um clássico grego, por exemplo, poder ser vendido como mercadoria de consumo em massa nas bancas de jornal... é um fenômeno realmente “subversivo”. Pode-se proibir a produção atual de reflexões sobre o momento histórico mas não se pode (salvo se se confirmar a profecia de Farenheit) destruir as bibliotecas. E os momentos atuais nada têm de diferentes dos vários momentos que hoje são considerados “históricos”, de modo que uma biblioteca é sempre um questionamento do momento atual (os ditadores de todos os tempos jamais gostaram de livros: um ferrabraz da revolução espanhola dizia que pegava no cabo do revólver sempre que ouvia a palavra “cultura”). Mas a aprendizagem da leitura não só é um penoso processo didático de forma global, como é um requintado mecanismo que sofre deturpações pedagógicas insanáveis. A escola brasileira, por exemplo, traumatiza de tal modo a criança durante a alfabetização, que os adultos — ao escaparem da escola (sic) jamais tornam a ler (é por isto que, apesar de se dizer que 60% da população é alfabetizada, nem 3% dela lê jornal).

9. O ENSINO DE LEITURA

O ensino de leitura, nas escolas, é um processo de que deveriam participar todos os professores, mesmo porque a função da escola é ensinar a **refletir** e não se pode refletir sem instrumentos que desacelerem a oralidade e a instantaneidade dos instrumentos de comunicação de massa. É possível que se venha a descobrir que o investimento feito em televisão educativa (este equívoco que deve ser repensado) devesse ser feito na rede de bibliotecas que cobrisse, capilarmente, todo o território nacional...

Abstract

The civilization started with the discovery of the writing. The survival techniques are been still transmited by direct learning, up to the beginning of the modern world. Thanks to the writing, to the book, the knowledgement became cumulative. The library helping the human inventions. The image civilization. The cinema, magnetic tape, the television, and so on, modern means to fix the culture, are dangerous archaism: depreciate the books and make the civilization to return to the orality. A net of libraries: a necessary condition to the civilizatory process. The habit of the reading and the deep interpretation of the texts.